

EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EXPERIÊNCIA DO IFAC CAMPUS RIO BRANCO

Sandra Maria Amorim da Rocha¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Lucas de Sousa Gomes⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade. Educação Profissional e Tecnológica. Permanência Estudantil.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/23

INTRODUÇÃO

O cenário atual da Educação Profissional e Tecnológica – EPT é marcado por uma dualidade entre a expansão das instituições e a necessidade premente de garantir a permanência e o êxito dos estudantes frente às variadas expressões da questão social que se manifestam no ambiente acadêmico (Santos, 2012). Pensar a educação na perspectiva da totalidade implica reconhecer que ela é determinada por múltiplas dimensões sociais, políticas e econômicas.

A Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, mas a materialização desse direito na EPT exige mediações que considerem a formação integral do sujeito, unindo trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

A compreensão da educação como um direito social universal e uma política de proteção social é o ponto de partida para qualquer análise crítica que pretenda superar a visão assistencialista tradicional e consolidar uma prática emancipatória no âmbito da assistência estudantil (Almeida, 2000).

Para avaliar a importância do serviço social e o papel da atuação da equipe interdisciplinar, faz-se necessário discutir como essa atuação contribui com a garantia de direitos e com o atendimento das necessidades estudantis que são, também, humanas e sociais. O presente artigo discute a atuação da equipe interdisciplinar no Instituto Federal do Acre – IFAC, campus Rio Branco, com ênfase na Assistência Estudantil.

OBJETIVO

Discutir a atuação da equipe multiprofissional, campus Rio Branco, analisar sua importância no IFAC, destacar contribuições para a permanência e o êxito dos estudantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase no papel do Serviço Social na assistência estudantil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e exploratórios. Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica.

O estudo foi realizado a partir da análise de registros institucionais e da sistematização das práticas desenvolvidas pelo NAES do IFAC – campus Rio Branco no período de 2018 a 2020. A análise dos dados foi fundamentada em referenciais teóricos do Serviço Social e da Educação, com ênfase nas categorias de política educacional, questão social e interdisciplinaridade. Foram considerados relatórios, registros de atendimentos e ações institucionais voltadas à assistência estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), a atuação não pode se restringir ao atendimento de populações em situação de extrema vulnerabilidade. Conforme Silva (2012), a redução do público ao “pobre” mascara responsabilidades estatais e fragiliza a mobilização coletiva. Assim, reafirma-se que a educação deve ser defendida como uma política pública universal e que é necessário compreender o Serviço Social não apenas na escola, mas na educação, ampliando o escopo de intervenção profissional.

A expansão da Rede Federal, intensificada a partir da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), trouxe o desafio de interiorizar o ensino de qualidade e promover a verticalização da educação básica à superior. No entanto, a conjuntura histórica recente mostra processos de ataques aos direitos sociais que impactam diretamente o financiamento e a execução das políticas de assistência estudantil. Nesse contexto, a prática profissional do assistente social e dos demais técnicos administrativos em educação – TAEs deve ser orientada por um projeto ético-político que busque a emancipação humana e o pleno exercício da cidadania.

A atuação de uma equipe técnica interdisciplinar no IFAC é consolidada pela Resolução nº 032/15 (Consu/Ifac, 2015), que estabelece as atribuições da equipe técnica multiprofissional da assistência estudantil. A equipe que integra o NAES é composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, que devem atuar de forma integrada e dinâmica. O objetivo dessa união de saberes é garantir a implementação eficaz da política de ensino básico, técnico e tecnológico. A atuação

interdisciplinar do NAES funciona como uma ponte fundamental entre a escola e a família, permitindo que a realidade vivenciada por cada campus seja compartilhada e aprimorada coletivamente.

No IFAC, observa-se que os profissionais do NAES buscam superar o limite presente na dualidade entre as solicitações burocráticas da instituição, como a simples seleção socioeconômica para editais, e a necessidade de realizar um trabalho profissional mais profundo e transformador para o estudante. Já o foco das ações está excessivamente centralizado em núcleos específicos, havendo uma necessidade de fortalecer o papel dessas equipes na organização do trabalho como um todo e ocupar espaços de decisão institucional.

A pandemia de COVID-19 impôs desafios adicionais às equipes, exigindo a criação de protocolos de atendimento remoto e o enfrentamento de novas formas de evasão e adoecimento mental dos discentes. Já o período pós-pandemia exigiu que as equipes repensassem sua atuação interdisciplinar para lidar com as lacunas de aprendizagem e a fragilidade dos vínculos sociais.

Ao analisar a experiência no campus Rio Branco, é possível identificar avanços significativos, mas também áreas que demandam atenção redobrada da gestão institucional e dos profissionais de ponta. O relatório de gestão destaca a consolidação da infraestrutura da rede (Ifac, 2024), com todas as unidades operando em sedes próprias, o que proporciona um ambiente mais adequado para as atividades de ensino e atendimento ao estudante.

Faz-se necessário que os gestores invistam mais em qualificação técnica para as equipes interdisciplinares, especialmente em metodologias participativas e em temas como saúde mental e inclusão escolar. A valorização do servidor reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado à comunidade acadêmica.

É necessário aprimorar a integração de dados entre os diversos sistemas institucionais. O monitoramento das taxas de permanência e êxito deve ser realizado de forma contínua e desagregada por semestre, curso e perfil socioeconômico, permitindo que as intervenções sejam preventivas e não apenas reativas.

Um desafio persistente para o Serviço Social no IFAC é superar as demandas institucionais homogêneas que tendem a tratar todos os sujeitos de maneira igual, ignorando as especificidades regionais e individuais. Nesse sentido, se faz necessário dar maior visibilidade às estratégias de mediação de conflitos, ao trabalho com as famílias e às articulações com a rede socioassistencial externa. Esses são os elementos que diferenciam o trabalho técnico-pedagógico de uma mera administração escolar e que conferem à EPT sua função social de formação para a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem e demais áreas possibilita uma compreensão ampliada das demandas estudantis, favorecendo intervenções mais qualificadas e eficazes. De forma que o Serviço Social se destaca na identificação das expressões da questão social que impactam o desempenho acadêmico, como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades familiares e acesso limitado a direitos sociais. A partir dessas demandas, são articuladas ações intersetoriais com a equipe multiprofissional.

A interdisciplinaridade não se restringe à coexistência de saberes, mas se configura como prática colaborativa voltada à construção de soluções institucionais coletivas. Esse processo fortalece o vínculo dos estudantes com a instituição e contribui para a redução da evasão e retenção. Além disso, o trabalho desenvolvido pelo NAES amplia o acesso às políticas de assistência estudantil, promovendo maior equidade no atendimento e fortalecendo um ambiente educacional inclusivo e humanizado.

A experiência do IFAC campus Rio Branco demonstra que a atuação interdisciplinar é indispensável para a efetivação do direito à educação, pois contribui significativamente para a permanência e o êxito estudantil. O Serviço Social, articulado às demais áreas, contribui para a construção de uma cultura institucional pautada na participação, no pertencimento e na cidadania. Conclui-se que a atuação integrada da equipe multiprofissional fortalece o processo ensino-aprendizagem e contribui para a democratização do acesso e permanência na educação pública.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e Educação: novas perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013.

IFAC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de Gestão 2024**. Rio Branco, Acre. Acessado em 30 de maio de 2026, disponível em: https://www.ifac.edu.br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_2024_Versao_Final_27.03.2025.pdf

SANTOS, Claudia Mônica. **Serviço Social e Educação: mediações necessárias**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e a política social**. São Paulo: Cortez, 2012.